

Um programa de índio na África do Sul

MARCOS TERENA

É PRECISO reconhecer que os índios já não são os mesmos. Tratados como selvagens, seres sem alma e, segundo as leis brasileiras, incapazes, todos demonstram grande capacidade de resistência, mesmo diante das profecias sobre sua extinção e integração. As representações indígenas geram fóruns de direitos em diversos níveis, nacional e internacionalmente, inclusive de afirmação de identidade étnica.

Falar da questão indígena trazia a presunção de que trataríamos de problemas e até de riscos à soberania nacional. Não é assim. Dentro da reflexão dos povos indígenas e de seus líderes, o que há é a busca de respostas sobre a realidade que os cerca. Empobrecidos e discriminados, mesmo vivendo em terras ricas em recursos minerais e naturais, os índios são ricos em suas culturas étnicas — são 180 línguas e 230 povos.

Buscam entender, também, a maneira como são tratados pelo governo federal, por intermédio de uma Funai (Fundação Nacional do Índio) esvaziada e enfraquecida política e administrativa, enquanto, por exemplo, os esportes e os sem-terra possuem ministérios específicos e, conseqüentemente, recursos maiores.

Por ocasião da Conferência das Nações Unidas contra o Racismo e a Discriminação, os líderes indígenas brasileiros preparam um programa de índio para a África do Sul, trazendo à tona todos esses equívocos discriminatórios. Os índios descobriram que não estão sós. Buscam alianças que contribuam para superar preconceitos e assegurar direitos, mesmo nas diferenças, como

Precisamos assegurar o resgate da origem étnica de nosso país, como já vem ocorrendo no resto da América Latina

aliás está na Constituição Federal, escrita pelo próprio homem branco.

Diante do grande holocausto indígena — 5 milhões de irmãos mortos —, aprendemos a respeitar todos os demais brasileiros. Sabemos que muitos não têm casa, comida e escola.

Como podemos fazer um país forte, se formamos um povo fraco?

Por isso é preciso resgatar sempre grandes líderes desse processo de soberania de nosso povo e de nossa terra, como o índio Cunhambebe e a Confederação dos Tamoios e o negro Zumbi e o Quilombo de Palmares. Eles, mesmo diante do poder de portugueses, espanhóis, holandeses e franceses, souberam se impor ante uma geopolítica e uma globalização que os excluía, marginalizando as pessoas que são as raízes do nosso país.

Ao buscarmos a demarcação de nossas terras, buscamos uma nova consciência sobre nossos direitos; buscamos nossa identidade cultural e crescimento econômico. Queremos representação política e participação com assento em colegiados como os conselhos federais de Educação, de Cultura, de Meio Am-

biente, de Saúde e até mesmo na Fundação Nacional do Índio.

Muitos, porém, inclusive no próprio governo, buscarão desacreditar essas iniciativas. São resquícios da democracia unilateral e do estigma da incapacidade indígena. Mas é preciso recordar que os indígenas do Brasil sempre defenderam a soberania do Brasil, seja como mestres no treinamento de militares na selva, seja nos debates sobre pobreza e riqueza, sobre patrimônio ecológico e tantos outros. E isso no âmbito da ONU, da OEA, da OIT, do Banco Mundial, do BID e até mesmo da União Européia.

Nesse nível de articulação, a realidade dos povos indígenas do Brasil a ser levada para a Conferência Mundial contra o Racismo — onde estarão Mandela e Dalai Lama, entre outros — não refletirá rancor ou ódio pelo homem branco, apenas a verdade. Queremos mostrar o que deveriam ser as ações afirmativas do Brasil e do governo do Brasil.

Um governo que deveria apoiar iniciativas como essa. Precisamos assegurar e compartilhar o resgate da origem étnica de nosso país, como já vem ocorrendo no resto da América Latina. Na Bolívia, no Equador e na Colômbia, entre outros países, são eleitos deputados, senadores e governadores indígenas. Mais ainda: até um presidente indígena, como é o caso no Peru.

Hoje o índio é parte legítima do processo, numa demonstração clara de que já não se faz programa de índio como antigamente!

Marcos Terena, 46, índio pantaneiro do Mato Grosso do Sul, é coordenador de Direitos Indígenas da Funai (Fundação Nacional do Índio).